

A (In)dependência da imprensa brasileira no século XIX: os discursos do Reverbero Constitucional Fluminense e da Gazeta do Rio de Janeiro

Giovanna Benedetto FLORES¹
Doutoranda Unicamp (SP)
Unisul (SC)

Esse trabalho pretende refletir sobre a imprensa no século XIX, tendo como corpus investigativo e de análise o Reverbero Constitucional Fluminense (1821-1822) e a Gazeta do Rio de Janeiro (1808-1822), ambas editadas no Rio de Janeiro. As análises serão dos primeiros exemplares do jornal Reverbero e das edições de 1821 da Gazeta do RJ. Pretendemos mostrar no Reverbero como se produziram os discursos sobre o momento político brasileiro e o papel da imprensa na ruptura com Portugal comparativamente com a Gazeta do RJ, que adotava uma postura claramente a favor do Reino de Portugal. A partir desse recorte, estaremos utilizando o dispositivo teórico-analítico da Análise do Discurso, tendo como principal referência Pêcheux (1969) e Orlandi (1990)

PALAVRAS-CHAVE:
Discurso, ideologia e sentidos

¹ Professora de Comunicação Social - Jornalismo na Unisul – Universidade do Sul de Santa Catarina (SC) e doutoranda em Linguística pela Unicamp (SP)

A história da imprensa brasileira está relacionada diretamente com a colonização portuguesa no Brasil, através da política lingüística e da importância dessa política para a constituição dos sujeitos e a produção de sentidos do discurso jornalístico, principalmente a relação entre língua e jornalismo na definição de uma identidade nacional. A partir disto, proponho refletir sobre o discurso jornalístico e sua articulação entre a Análise do Discurso da linha francesa e a História das Idéias Lingüísticas.

Nesse âmbito, pensamos sobre a imprensa brasileira no século XIX, em particular o jornal *Reverbero Constitucional Fluminense*, criado em 1821 por Joaquim Gonçalves Ledo e pelo cônego e poeta Januário da Cunha Barbosa e considerado o jornal mais radical que circulou na época. Pretendemos comparar os discursos com o primeiro jornal publicado no Brasil, a *Gazeta do Rio de Janeiro*, por Frei Tibúrcio José da Rocha. A *Gazeta do Rio de Janeiro* circulou entre 1808 e 1822 e servia aos interesses da Corte Portuguesa, uma vez que nas primeiras edições trazia raras notícias sobre o Brasil, mas falava sobre a Europa, reforçando a diferença entre o sujeito colonizado e o colonizador. “As vozes veiculadas são procedentes do Velho Mundo, desempenhando um papel importante na organização da memória histórica do Brasil. O brasileiro não fala nestes jornais, ele é falado pelo europeu”. (MARIANI, 2003, pg.33)²

A História das Idéias Lingüísticas é um projeto articulado entre a França e o Brasil, cujo objetivo é “tratar a questão da língua, dos instrumentos tecnológicos a ela ligados e de sua relação com a história de um povo que a fala” (GUIMARÃES e ORLANDI, 1996:09). Portanto, ao relacionar a história da língua no Brasil, com a constituição da sociedade, estamos pensando a relação língua, nação e estado e suas especificidades que constituem a nossa nacionalidade.

Para a Análise do Discurso³, interessa compreender a história dos processos de produção de sentidos, vinculados aos diferentes lugares ocupados por sujeitos na formação social a que pertencem. “Sujeito e sentido se constituem ao mesmo tempo, na articulação da língua com a história, em que entram o imaginário e a ideologia: (ORLANDI, 2001:99,100). Portanto, esses sujeitos são interpelados pela relação com a

² A autora possui publicadas análises do período de 1808, ver em *Discurso Fundador*, Orlandi, 2003 “*OS PRIMORDIOS DA IMPRENSA NO BRASIL(OU:DE COMO O DISCURSO JORNALISTICO CONTRÓI MEMÓRIA)*” onde este período é analisado a partir de sua formulação “Discurso Jornalístico”, deste modo a análise que agora apresentamos deter-se-á mais no período de 1821.

³ Doravante AD

História e com o inconsciente, que é a relação com o dizer do outro. Dito de outra maneira, esse sujeito, da AD, é afetado duplamente, tanto por seu funcionamento psíquico que é o inconsciente, como em seu funcionamento social, pela ideologia. A ideologia interpela os indivíduos em sujeitos, sem que eles se dêem conta de tal interpelação. Segundo Pêcheux (1988), não há sujeito sem ideologia, portanto, ele é social e histórico. Desse modo, ao dizer algo, o sujeito está se significando, está tomando posição no discurso, está se inscrevendo em redes históricas e sociais de produção de sentidos. Entendemos discurso como efeito de sentidos entre locutores (ORLANDI, 2005:21), ou seja, ao dizer, o sujeito significa a partir das imagens que ele próprio produz sobre o lugar social onde fala em meio aos jogos das relações históricas de forças.

Pensando nesse contexto, entendemos que o discurso jornalístico trabalha na construção de sentidos que determinam o que pode ou não ser notícia. E é nessa seleção que as clivagens são produzidas, determinando o que vai (ou não) ser disponibilizado para a interpretação. Vale salientar que essa clivagem já é uma “prévia” interpretação totalmente determinada pelas condições de produção do discurso jornalístico. O jornalismo utiliza alguns critérios para considerar um fato, um acontecimento como notícia: a atualidade, o gosto e o interesse do público, a veracidade e facilidade de assimilação, e esses critérios são assumidos pelos sujeitos-jornalistas como “verdades tácitas”, podendo ser somente aquelas, naquele momento.

Por outro lado, isso não significa que o jornalista tem interesse de recortar o sentido. Ao contrário, essas determinações “prévias” são assimiladas e assumidas como “obviedades” por todos os sujeitos (re)produtores desse discurso (auto-censura). Para Mariani (2003:33) “enquanto prática social, o discurso jornalístico, funciona em várias dimensões temporais simultaneamente: capta, transforma e divulga acontecimentos, opiniões e idéias da atualidade, ou seja, lê o presente ao mesmo tempo em que organiza um futuro e assim legitima, enquanto passado, a memória, a leitura desses mesmos fatos do presente, no futuro”.

No nosso corpus analisaremos os discursos produzidos pelos jornais *Reverbero Constitucional Fluminense* e *Gazeta do Rio de Janeiro*, em 1821, período em que se instaurou a Assembléia Constituinte e que havia o movimento a favor da independência da colônia brasileira do Reino de Portugal.

Diferente das primeiras edições da Gazeta do Rio de Janeiro, de 1808, período que fica evidente a política de colonização, ao mostrar apenas o que se passava na Europa, reafirmando assim, a legitimidade da cultura colonizadora, as edições de 1821 desse periódico, trazem a voz de representantes das classes dominantes do Brasil, pessoas autorizadas a falar em nome do povo brasileiro, ou seja, na fundação mesmo de um discurso brasileiro, tem-se na posição-sujeito que fala em nome do povo, um sujeito histórica e ideologicamente marcado pelo discurso do colonizador, situado em uma conjuntura social política “balizada” por esse discurso.

“ao invés de propiciar a inscrição do Brasil na modernidade do século XIX, o surgimento oficial (e “oficioso”) de uma “imprensa brasileira” reinstalou, reforçou as diferenças entre a Corte e a Colônia, entre o Velho e o Novo Mundo, uma vez que não deu voz nem vez aos brasileiros. Nos raros momentos em que se tematizava o Brasil, tratava-se mais de um discurso *sobre o Brasil* e não um discurso jornalístico brasileiro propriamente dito”. (MARIANI, 2003:33)

O que, no entanto, constitui deslocamento é o fato desse discurso ser dito em primeira pessoa:

“... nós como todos os bons Portuguezes, com todos os amigos da ordem mutuamente nos congratulamos com a PROVIDENCIA tivesse inspirado a Sua Magestade entregar a administração desta Província em mãos, que tem saído desviar toda a tribulação....”

P E R N A M B U C O .

Desta Província nos foi remettido o seguinte papel para se inserir na Gazeta.

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor. — Guiados por sentimentos de pura gratidão, e penhorados pelo optimo comportamento de Vossa Excellencia (especialmente nas circumstancias actuaes, em que algumas das Capitanias deste vasto Continente tem soffrido commoções excitadas por poucos fasciosos) com o qual Vossa Excellencia tem sabido conservar os seus subditos na mais perfeita tranquillidade; nós com todos os bons Portuguezes, com todos os amigos da ordem mutuamente nos congratulamos, que a PROVIDENCIA tivesse inspirado a Sua Magestade entregar a administração desta Província em mãos, que tem sabido desviar toda a tribulação; guiados pois por tão vehementes motivos quizemos pôr na Presença do Augusto Congresso a ingenua confissão do nosso reconhecimento, tributo devido á sabedoria com que Vossa Excellencia em tão difficultosos tempos nos tem governado: praza a DEOS consolidar as medidas de ordem, que Vossa Excellencia tem adoptado, até que nos sejam conhecidas as Reguições do Soberano Congresso,

FIGURA 01- Primeiro Recorte

Fonte: Gazeta do Rio de Janeiro, edição 081 de 06 de setembro de 1821

Penso que esse processo discursivo se assemelha ao que Orlandi (1990) afirma sobre o discurso de conversão em Terra à vista: discurso do confronto entre o velho e o novo mundo. Aqui temos “o povo” na posição deslocada do “índio” e a monarquia na posição já deslocada do “branco”, mas, da mesma forma, colocando-se na “boca do povo” as palavras que a elite, a monarquia quer dizer, e por isso o discurso na primeira pessoa. Portanto, a voz do povo é produzida pela voz da elite, havendo assim uma simulação em que a monarquia e a classe dominante falam em nome do povo, um povo constituído nesse discurso.

É interessante observar que nesse período a Gazeta do Rio de Janeiro trazia como principal notícia as *Sessões da Corte*, em que eram discutidas as leis da Constituição para o Reino Unido de Portugal e os *Artigo d’Officio*, sessão do jornal com informações sobre o Brasil, e que trazia as marcas do discurso da monarquia, silenciando toda a questão política que estava em jogo naquela época e os interesses da Coroa Portuguesa em manter o domínio sobre a Colônia. Desse modo, vê-se instalar nesse tipo de discurso o efeito da circularidade e a reprodução das hierarquias sociais, dito de outro modo, a perpetuação da ordem social.⁴

“Posto que pelo Artigo 14 das Bases da Constituição seja permitido a todo o Cidadão representar por escripto tanto as Cortes, como ao Poder Executivo, quaesquer reclamações, queixas ou petições, que lhe forem relativas, e pelas quaes se promova e se assegure a manutenção de seus Direitos, e o legal deferimento as suas pertencções legitimas, não se deduz d’aqui, que nenhum Membro da Sociedade se julgue sufficientemente authorisado para representar, e requerer nada relativo a direito d’outrem...”

⁴ Sobre a circularidade do discurso, ver Orlandi, 1987: 22.

RIO DE JANEIRO.

(Nesta Gazeta só he Artigo d'Officio o que nella se declarar como tal.)

ARTIGO D'OFFICIO.

Posto que pelo artigo 14 das Bases da Constituição seja permittido a todo o Cidadão representar por escripto tanto as Cortes, como ao Poder Executivo, quaesquer reclamações, queixas, ou petições, que lhe forem relativas, e pelas quaes se promova e assegure a manutenção dos seus Direitos, e o legal deferimento ás suas pertencções legitimas, não se deduz d'aqui, que nenhum Membro da Sociedade se julgue sufficiente mente authorisado para representar, e requerer nada relativo a direito d'outrem, sem para isso estar munido da competente Procuração; resultando d'este abuso não pequeno estorvo no expediente das diversas Repartições, em que se dividem os Negocios, que fazem objecto do Despacho de S. A. R.; e por esta razão nos achamos authorisados pelos Ministros, e Secretarios d'Estado respectivos, para annunciar n'esta folha, que desde esta data se não recebem nas mencionadas Secretarias d'Estado Requerimentos, que não venham assignados pelos proprios Supplicantes, ou instrutos com a Procuração, que legitime a outro qualquer, para requerer ou assignar por elles.

FIGURA 2- Segundo Recorte

Fonte: Gazeta do Rio de Janeiro, edição 085 de 15 de setembro de 1821

É interessante notar nessas edições da Gazeta do Rio de Janeiro, a forma como a notícia é produzida. Mesmo assumindo uma posição-sujeito mais própria “do Brasil”, o jornal transcreve as *Sessões da Corte* de Portugal e os *Artigo d'Officio* do Brasil, evidenciando, mais uma vez, que está a serviço da Corte e esse fato é que justifica sua existência, sendo secundário qualquer outro tipo de notícia.

Nesses discursos, a monarquia e a elite fazem o papel de porta-voz, uma vez que estão legitimados neste papel, isto é, como são as vozes deles que estão marcadas nos jornais, tanto a monarquia como a elite se autorizam a falar em nome do povo da colônia, reforçando, mais uma vez, quem pode e para quem servia a publicação.

Para Pêcheux:

“o que nunca é introduzido no enunciado do porta-voz é aquilo que o povo diz ou disse. O discurso do relatado é estranho ao discurso do porta-voz. A representação do povo como locutor (discurso relatado) está ausente, e a possibilidade de que o povo ocupe um lugar de orador está excluída, pois anularia a função do porta-voz”. (PÊCHEUX, 1990:19)

A questão da heterogeneidade fica evidenciada nas falas dos deputados que ocupam a posição do dizer político no Brasil. Entretanto os interesses da classe política brasileira estão muito mais alinhados aos interesses do colonizador do que do “povo brasileiro”. Portanto, mais uma vez fica apagada a voz do povo do Brasil. Isto faz sentido porque os leitores do jornal são sujeitos igualmente inscritos no discurso do colonizador.

principalmente o maduro conselho de Vossa Magestade em unir-se a nós, he quem dá o ultimo aperfeiçoamento á grande obra, que a Nação principiou, sómente impellida de toda a expectação de oppressão em que gema, e cuja redenção se tornava necessaria. Assim mesmo o primeiro grito, que se escutou de liberalismo Nacional, encontrou ainda aquella opposição momentanea, que nasce do profundo respeito e veneração, que todos tributavão ás altas virtudes de Vossa Magestade; arraigamente julgavão alguns inconciliaveis os deveres com os direitos de *Portuguezes*, com a revindicação dos direitos de *Cidadão*, embora postergados e perdidos; a inflicção e incerteza se manifestavão aqui, e acolá, d'aquem e d'além mar; a differença de pensar e obrar em crise tão delicata, era fatal no progresso da boa causa, podendo atrahir sobre nós o peor dos males, a guerra civil, a anarquia. Qual o unico remedio? A declaração de Vossa Magestade. Por ella a dissensão termina. O Rei o quer, exclamão todos; quanto elle he bom, e digno de Governar-nos! O Rei jura a Constituição, reconhece nossos direitos, somos *Cidadãos*, somos livres, somos homens sem atacar os legitimos direitos da parte da Soberania, que lhe toca! Que feliz golpe, Senhor, que traz os espiritos á concordia, que arranca os escrupulos, que une em hum ponto central, como por virtude magnetica, o *Portuguez* e o *Brasileiro*, o *Insolano* e o do Continente; grande arte de ganhar animos, terminar discórdias, estancar sangue, arte esta finalmente, que sendo propria da Divindade — *in habitare facit unanimes in domo* — quando se descobre em hum Rei terreno, o torna mais que nunca semelhante a ella, imagem sua sobre a terra, e digno de respeito, e amor dos Povos. Por esta declaração de Vossa Magestade, e solemne juramento com que vai a ratificar o primeiro, succede, Senhor, no Corpo Moral da Nação, aquillo mesmo, que no fisico do Universo, a quem as leis de attracção, e gravitação por hum centro commun são as que conservão sua ordem, e belleza, e sem as quaes volveria ao seu horrído e antigo cahos. Eis aqui pois, Senhor, o importante objecto da nossa honrosa Missão, que cada hum de nós superiormente avalia, e particularmente eu, como orgão, que me tocou ser do Soberano Congresso das Cortes, e por ellas de muitos milhões de fiéis *Portuguezes*, que nellas depositarão suas vontades. Em seu nome pois primeiramente felicito a Vossa Magestade, e a toda a sua Real Familia, pela prospera viagem, que o Senhor dos Mares, e Dominador Supremo do Universo concede a Vossa Magestade; assim como pelo melhor estado da sua preciosa e importante saúde, e não menos pelo da Rainha, e sua Augusta Prole, sem que possamos esquecer-nos do Principe, e Princesa Real, cujas virtudes fazem as melhores esperanças da Nação. Em segundo lugar, protestando á face do Ceo e da Terra o nosso respeito, e inviolavel fidelidade a V. M., e á Sereníssima Casa de *Bragança*, offer damos a V. M. o mais apurado fructo dos nossos trabalhos, as Bases da Constituição *Portuguesa*, em que V. M. verá com prazer estabelecidos os mais sólidos principios da nossa Regeneração, porque mantida a nossa Santa Religião Catholica Apostolica Romana, mantidos os direitos de V. M., e sua Real Descendencia ao

Governo do Reino-União de Portugal, Brazil, e *Algarves*, e mantidos os direitos de todo o Cidadão de que V. M. he Pai, por isso mesmo que he Rei, o solemne juramento que V. M. prestou no *Rio de Janeiro* em adherir á Causa da Nação, foi hum feliz ensaio de outro, que a Nação hoje reclama, e espera de V. M., como ratificação do primeiro, e pelo qual vinculados ainda mais estreitamente, se possível he, os corações e almas de V. M., e dos Cidadãos farão hum todo innocupavel, feliz, e eterno. Permitta o Ceo que os votos d'huma Nação realmente fiel e brava, e os de seu Rei, que tão digno se mostra de o ser, se realice em toda a sua extensão: — então, Senhor, daremos ao Mundo estupefacto o mais perfeito exemplar do melhor dos Povos, e do melhor dos Reis.

— *Melior est quid dominatus in animo suo expugnare arduum.*

Prov. 16. 29.

CORTES. — Sessão 82. — 10 de Maio.

Aberta a Sessão leu o Sr. Secretario *Falção* a acta da antecedente que foi approvada.

O Sr. *Brayner* appresentou hum Requerimento, e pediu que fosse lido.

O Sr. Secretario *Filgueiras* leu hum Officio da Regencia remettendo Representações, e Consultas da Mesa do Melhoramento, acerca dos Alfaiates &c., pedidas pela Commissão do Commercio; foram enviadas á mesma Commissão. — Leu outro Officio sobre a remessa dos Decretos, e mais papeis de Legislação para as Provincias, e providencias para a sua conservação nas mesmas. Foi á Commissão Especial. — Appresentou o mesmo Sr. Secretario o Balanço do Terreiro Publico pertencente ao mez de Abril deste anno, e remettido pela Commissão do Terreiro, no qual se mostrava, que além dos navios existentes nos *rios de Lisboa*, existio no fim d'aquelle mez no terreiro 18.036 moios de trigo. Foi á Commissão de Agricultura.

O mesmo Sr. mencionou as seguintes felicitações, a que se deu a consideração costumada: — das Camaras de *Nogueira*; de *Aviz*; da *Crato*; da *Beira*; de *Villa Real*; de *Mercujana*; de *Miranda do Corvo*; e de *Santa Cruz na Ilha da Madeira*; dos Corregedores de *Argami*; *Trancoso*, o *Guarda*; e de *José Ignacio de Oliveira*. Procurador na Cidade do *Porto*, em seu nome, e no dos prezos nas Cadeias daquela Cidade; pedindo juntamente a soltura de alguns.

O Sr. Secretario *Freire* fez a segunda leitura do Projecto do Sr. *Avulso* a respeito da *Ilha da Madeira*, e se decido que os Srs. Deputados desta Ilha juntos á Commissão de Agricultura formassem hum plano geral a beneficio de todos os ramos da Agricultura daquela Ilha.

O mesmo Sr. Secretario appresentou o trabalho da Commissão de Estatística sobre os lugares em que se devem estabelecer os Jurados, o seu numero, e o dos Eleitores de Camarca que os devem elleger.

FIGURA 3 – Terceiro Recorte

Fonte: Gazeta do Rio de Janeiro, edição 087 de 20 de setembro de 1821

O nosso segundo recorte é *Reverbero Constitucional Fluminense*, jornal criado em 1821 por Joaquim Gonçalves Ledo e pelo cônego e poeta Januário da Cunha Barbosa, líderes da maçonaria, cujo objetivo era incentivar a independência da colônia brasileira e contava com o apoio das elites brasileiras que queriam a autonomia, mas sem grandes rompimentos com Portugal, ou seja, ao mesmo tempo em que queriam a emancipação política, queriam manter os vínculos econômico-sociais com Portugal. O *Reverbero* é considerado por muitos autores como o jornal mais radical ou o primeiro jornal liberal da época.

“... O *Reverbero Constitucional Fluminense* tinha uma matriz originalmente republicana, mas por conta das circunstâncias aderiu ao projeto de monarquia constitucional que acabou prevalecendo no país. Ainda assim foi, durante a sua curta existência, o periódico mais radical e apaixonado dos que circulavam no Brasil. Numa época que os jornais estavam a serviço das paixões do momento e defendiam suas causas, interesses e as personalidades que os apoiavam com ardor guerreiro, o *Reverbero* desempenhou de forma independente, ao lado de *A Malagueta*, um papel importante na defesa de sua bandeira: o processo de independência do Brasil, mas sem grandes rupturas com Portugal” (IPANEMA, 2005:07).

O jornal *Reverbero Constitucional Fluminense* circulou de 15 de setembro de 1821 a 08 de outubro de 1822, primeiro semanalmente e em janeiro de 1822 passou a ser quinzenal. No total foram 48 edições ordinárias e três extraordinárias.

Como a *Gazeta*, o *Reverbero* circulava no Rio de Janeiro, centro das decisões políticas e econômicas da colônia. Desse modo a imprensa produz um efeito de sentido em que todos os brasileiros estão representados nesses jornais, isto já demonstrado a partir dos próprios nomes e que também dá referência de onde são os periódicos, produzindo desse modo o efeito de brasilidade, ou seja, é através deste efeito que os sentidos do colonizador tomarão o lugar do sentido de brasileiro.

Outras marcas da linha editorial estão na palavra *Reverbero*, que tem o sentido de luz, calor, reflexo da luz, e na epígrafe, ou lema do jornal, elemento comum nas edições da época. Essas epígrafes normalmente eram em latim ou francês, sendo raramente em português ou inglês e traziam frases ou versos clássicos. No *Reverbero* a epígrafe “*Redire sit nefas!*”, verso da Ode II do livro 5º de Horácio ao Povo Romano, significa “*voltar atrás é um crime*”, ficando assim marcada a posição dos editores na busca pela independência.

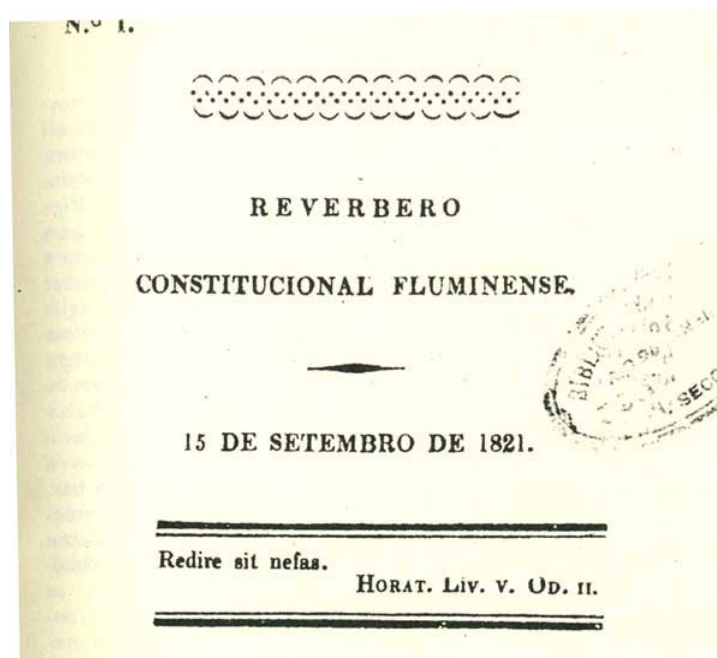


FIGURA 4 – Quarto recorte
Fonte: Reverbero Constitucional Fluminense,
número 01 de 15 de setembro de 1821

Já na primeira edição do Reverbero, fica evidenciado que os editores falam para um leitor definido, os “habitantes do Rio de Janeiro”. Ao se dirigir a esses leitores, os editores explicam a proposta ideológica do jornal, como mostra abaixo:

“Habitantes do Rio de Janeiro, para vos especialmente he que escrevemos: para pôr sempre diante de vós o abismo que vos espera, he que tomamos essa arriscada tarefa. Será nosso empenho o mais grato transmittir-vos todas as Luzes Constitucionaes da Europa, a fim de fortificar o vosso amor pela santa Causa da Nação , pela vossa própria Causa...”

Habitantes do Rio de Janeiro, para vos especialmente he que escrevemos: para pôr sempre diante de vós o abismo que vos espera, he que tomamos esta arriscada tarefa. Será nosso empenho o mais grato transmittir-vos todas as Luzes Constitucionaes da Europa, a fim de fortificar o vosso amor pela santa Causa da Nação, pela vossa própria Causa. O poder arbitrario he huma Calamidade das Nações: o Despotismo he o principio opposto ao bem moral e fysico das Monarchias, e Imperios. As Leis nas suas mãos são os instrumentos de suas vinganças, de suas

FIGURA 5 – Quinto recorte
Fonte: Reverbero Constitucional Fluminense, número 01 de 15 de setembro de 1821

A primeira edição do Reverbero, em 15 de setembro de 1821 traz uma Proclamação da última edição do *Campião Portuguez* jornal que circulava em Lisboa e que também desejava uma Constituição mais liberal. Já na primeira edição, o Reverbero fala da liberdade e independência, usando o discurso na primeira pessoa, como se falasse em nome do povo, mas mais uma vez trazendo o discurso do colonizador.

“PORTUGUEZES de ambos os Mundos! Vós sois hum grande Povo, e disto tendes dado provas infinitas desde que o Nome dos Lusitanos ou Portuguezes he conhecido no Mundo. Descahidos da fama, e da fortuna, não por falta de virtudes, mas pela influencia de huma administração monstruosa, que depois de nos roubar a liberdade só nos dera em troco della pobreza, calamidades, e misérias, vistes finalmente raias hum grande Dia, que foi o memorável 24 de agosto de 1820...”

Ou então:

“Com esta Proclamação terminou o Campião Portuguez o ultimo numero de seu interessante Jornal, que tanto assustou ao Ministro Villa Nova. Glorioso de haver concorrido para a regeneração da Pátria que elle via já palpar o abismo do nada em que sem remédio hia a precipitar-se; e ovante de haver coadjuvado para sua salvação, e triunfo, elle fez as suas despedidas aos generosos Portuguezes de ambos os Mundos...”

PORTUGUEZES de ambos os Mundos! Vós sois hum grande Povo, e disto tendes dado provas infinitas desde que o Nome de Lusitanos ou Portuguezes he conhecido no Mundo. Descahidos da fama, e da fortuna, não por falta de virtudes, mas pela influencia de huma administração monstruosa, que depois de nos roubar a liberdade só nos dera em troco della pobreza, calamidades, e miserias, vistes finalmente raiar hum grande Dia, que foi o memoravel 24 de Agosto de 1820. Pasmada lançava a Europa seus olhos inquietos para a Patria illustre dos Gamas, Castros, Pachecos, e Albuquerque, e não podia comprehender como os que forão terror da Africa; como os que primeiro haviam entrado nas portas do Oriente por mares nunca d'antes navegados; e como os que dominavão Senhores desde o Amazonas té o Prata, podessem dentro de casa gemer em vil e duro cativo!

FIGURA 6: Sexto recorte

Fonte: Reverbero Constitucional Fluminense, número 01 de 15 de setembro de 1821

Com esta Proclamação terminou o Campião Portuguez o ultimo numero do seu interessante Jorual , que tanto assustou ao Ministro Villa Nova. Glorioso de haver concorrido para a regeneração da Patria que elle via já palpar o abismo do nada em que sem remedio hia a precipitar-se: e ovante de haver coadjuvado para a sua salvação , e triunfo , elle faz as suas despedidas aos generosos Portuguezes de ambos os Mundos , persuadindo-os que não deixem apagar o sagrado fogo da Liberdade , que accendido no Doiro , inflammou-se no Têjo , e generalizou-se do Amazonia ao Prata. He com esta mesma Proclamação , que nós começamos os nossos trabalhos , pondo-nos por sentinella a esse fogo celestial , para que se não apague na nossa Patria , e a deixe novamente toldada das horrosas trevas do Despotismo.

FIGURA 7: Sétimo recorte

Fonte: Reverbero Constitucional Fluminense, número 01 de 15 de setembro de 1822

Enquanto que o Reverbero marcava sua posição mais liberal, com discursos políticos e até agressivos, a Gazeta do Rio de Janeiro continuava, no mesmo período, trazendo as *Sessões da Corte* e os *Artigos d'officio*. Embora mostrasse a situação política do Reino de Portugal, o Reverbero não publicava as leis e sessões da Assembléia Constituinte, mas incitava o leitor, o povo brasileiro, a “*lutar pela liberdade*”, adjetivando os deputados e ministros e elogiando o Rei D. João VI. Portanto, o discurso político do Reverbero é atravessado pelo discurso do elogio, em

que os editores se referem a D.João como uma pessoa “de mente pura” que recebeu uma “graça divina”. Esse discurso é característico do discurso publicitário, através da forma como ele se organiza socialmente e como ele circula na forma de elogio, marcado através da espetacularização e da supervalorização do acontecimento, num jogo de influencias marcadas pelas impressões dos jornalistas/editores e da linha política dominante no jornal.

“O Nosso saudoso Rey..., ou então “O Todo Poderoso purificou a mente do Rey, tocou o seu Coração, encheo-o da luz da verdade...” e ainda: “Mas apenas o Nosso Amado Rey se separa de taes monstros...”

A noticia mais interessante, que de Lisboa nos veio, he a da cordialidade com que o Nosso saudoso Rey jurou no dia 4 de Julho passado as Bases da Constituição Política da Monarquia; accrescentando de proprio motu, depois das fórmulas prescriptas do Juramento = Isto he verdade, e Eu o Juro de todo o meu Coração. Assellou deste modo o Pacto Social entre Elle e a Nação Soberana, e gravou com letras de diamante no Templo da Immortalidade Seu Augusto Nome á par do grande Affonso e do invicto João I. Tambem não he menos interessante a noticia, de que affastou do seu lado aquelles malvados Conselheiros e Validos, de cujo vandalismo, ignorancia, e fanatismo, fomos por longo tempo as victimas. O Todo Poderoso purificou a mente do Rey, tocou o seu Coração, encheo-o da luz da verdade, e vigorou o seu braço para descarregar sobre elles o golpe da indignação e da desgraça. Elles havião sido os agentes, que levarão a Nação á borda dos abismos: elles os causadores das atrocidades, que se commettêrão em nome de hum Rey pacifico: elles dos assassínios juridicos, que se perpetrarão em nome de hum Rey verdadeiramente Religioso: elles das extorsões, que se executarão em nome de hum Rey Justo: elles, em fim, do cardume de males, que de chofre cahirão sobre Povos, que benignos os hospedarão. Mas apenas o Nosso Amado Rey se separa de taes monstros, os seus passos começarão a ser marcados pela Sabedoria; apenas segregado do bando impuro daquellas harpias, que infectavão quanto vião ou tocavão.

FIGURA 8: Oitavo recorte

Fonte: Reverbero Constitucional Fluminense, número 2 de 01 de outubro de 1821

Segundo Mariani:

“O discurso jornalístico tanto se comporta como uma pratica social produtora de sentidos como também, direta ou indiretamente, veicula as várias vozes constitutivas daquele imaginário (...) o discurso jornalístico integra uma

sociedade, sua história. Mas ele também é história, ou melhor, ele está entranhado de historicidade.” (MARINI: 2003:33)

Portanto, podemos considerar que os dois periódicos ocupam posições-sujeitos diferentes, mas estão numa mesma formação discursiva⁵, ou seja, os dois jornais são afetados ideologicamente pelo discurso colonizador, embora o discurso do Reverbero é marcado pela crítica sobre a situação política do momento, construindo um efeito de transparência, isto é, ao se assumir como transparente, o discurso jornalístico busca uma forma de fugir do controle político do Estado, permanecendo opinativo.

Conforme Orlandi:

“Em todo dizer há confronto do simbólico com o político: todo dizer tem uma direção significativa determinada pela articulação material dos signos com as relações de poder. Essas relações se definem por sua inscrição em diferentes formações discursivas que representam diferentes relações com a ideologia, configurando o funcionamento da língua regida pelo imaginário.” (ORLANDI: 2001:129)

Como nos ensina Mariani, o controle da Igreja e do Estado força o apagamento do sujeito que está narrando, relatando, escrevendo uma notícia, portanto o “ato de informar por meio dos jornais é previamente controlado, produzindo um efeito de transparência”, ou seja, o sujeito-jornalista trabalha com o imaginário de um discurso isento, neutro e imparcial, produzindo formas de identificação do leitor com a reportagem, com o assunto, fazendo “como se” houvesse um acordo prévio com o leitor em relação aos sentidos produzidos, sentidos esses do poder, em que não é permitido ao leitor opinar e nem interpretar.

BIBLIOGRAFIA

GAZETA DO RIO DE JANEIRO: acervo da Biblioteca Nacional, Disponível em <<http://www.bn.org.br>>: acessado em maio e junho de 2007.

GUIMARÃES, Eduardo & ORLANDI, Eni – **Identidade Lingüística**, in *Língua e Cidadania*. Campinas (SP). Pontes, 1996.

IPANEMA, Cybelle de, IPANEMA, Marcello – **Reverbero Constitucional Fluminense – 1821-1822: texto, estudo hemerográfico e indexação**, Rio de Janeiro (RJ), Edições Biblioteca Nacional, 2005

⁵ Sobre formação discursiva ver Orlandi, 2005: 43

MARIANI, Bethânia – **Os Primórdios da Imprensa no Brasil (ou: de como o discurso jornalístico constrói memória)** in *Discurso Fundador – A Formação do País e a Construção da Identidade Nacional*. Campinas (SP). Pontes, 2003.

_____ - **O PCB e a imprensa – os comunistas no imaginário dos jornais 1922-1989**, Editora Revan, 1998

ORLANDI, Eni – **Terra à vista – Discurso do confronto: velho e novo mundo**. São Paulo (SP): Editora Cortez, 1990.

_____. **A Linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso**. Campinas (SP): Pontes, 1987.

_____. **Análise de Discurso – Princípios e Procedimentos**. Campinas (SP) Pontes, 2005.

_____. **Discurso e Texto – Formulação e Circulação dos Sentidos**. Campinas (SP) Pontes, 2001.

PÊCHEUX, Michel – **Delimitações Inversões, Deslocamentos**. In: *Cadernos de Estudos Lingüísticos*. Campinas (SP) (19) julho/dez. 1990

_____. **Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do obvio**. Campinas (SP), Editora da Unicamp, 1988